



346ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CARAGUAPREV.

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às 15h30min, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet. Presentes à reunião o Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Alex Catapani e os membros, Benedita Auxiliadora de Moraes, Gabriela Cristina da Silva Coelho, Ivone Cardoso Vicente Alfredo, Margarete Soares de Oliveira, Rosemeire Maria de Jesus, Valeria Regina Rodrigues De Lima e Marcia Denise Gusmão Coelho. Presentes também à reunião a Diretora de Benefícios Rose Ellen de Oliveira Faria e o Diretor Administrativo Paulo Henrique Passos do Nascimento. Por solicitação do Presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Alex, a servidora Sra. Luana F. Guedes, da área de investimentos deu abertura a reunião agradecendo a presença de todos e elencou os seguintes itens da pauta, sendo: 1) Prestação de Contas Junho/2025; 2) Prestação de Contas 2º trimestre/2025; 3) Recebimento e aplicação dos Cupons de juros semestrais NTNBS's; 4) Relatório Semestral de Diligências 1º Semestre de 2025; e 5) Relatório Controle Interno – 2º trimestre 2025. Em seguida apresentou o primeiro e segundo itens da pauta que tratam da Prestação de Contas do mês de junho de 2025 e da Prestação de Contas 2º trimestre/2025, que estão disponibilizadas no site do Instituto, sendo enviado o link para os Conselheiros no ato da convocação da reunião, também aprovadas as demonstrações financeiras, os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS, o relatório mensal dos investimentos e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional. Após foi apresentado o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2025, com os dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto, médio e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Explicou ainda que no mês de junho a carteira de investimentos do CaraguaPrev em renda fixa, renda variável e investimentos estruturados apresentaram performances positivas no mês. A rentabilidade geral da carteira no mês foi de 0,85%, acima da meta atuarial do mês que foi de 0,65%. O IPCA (inflação) apresentou a variação positiva de 0,24% no mês. O Banco Central elevou a taxa Selic para 15% ao ano, encerrando o ciclo de alta iniciado em setembro de 2024.



A decisão, tomada de forma unânime, veio acompanhada de uma comunicação firme, reafirmando o compromisso com a convergência da inflação à meta e sinalizando a manutenção da política monetária em nível contracionista por um período prolongado. No mercado local, a curva de juros recuou nos vencimentos intermediários e longos, refletindo o alívio observado nos dados de inflação e do mercado de trabalho. A bolsa brasileira registrou desempenho positivo, impulsionada pela expectativa de encerramento do ciclo de alta da Selic. Adicionalmente, o cenário fiscal seguiu como principal foco de instabilidade. O Ibovespa encerrou o mês com desempenho positivo, registrando valorização de +1,33%. No acumulado do ano, apresenta alta de +15,44%. Em junho, o cenário internacional foi marcado por uma combinação de tensões geopolíticas, sinais de desaceleração econômica global, avanço das discussões tarifárias nos EUA e ajustes nas expectativas monetárias nas principais economias. Foi apresentado o relatório com todos os investimentos do CaraguaPrev pelo sistema financeiro da LDB empresas, com a seguinte posição dos investimentos no mês: a) Títulos do Tesouro Nacional, que representam 61,91% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no ano, sendo que a estratégia de compra direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, auxilia numa “ancoragem de rentabilidade” acima da meta atuarial e contribui para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano, conforme aprovação nas atas anteriores, permanece a decisão do Conselho de realocação dos recursos dos vencimentos dos títulos e dos seus cupons de juros semestrais em recompra de Títulos, desde que as taxas estejam acima da meta atuarial; b) Fundos 100% Títulos Públicos que representam 5,86% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês e ano, com manutenção da posição atual; c) Fundos Renda Fixa que representam 29,21% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês e ano, com aprovação do Conselho para alocação de recursos oriundos de contribuições previdenciárias, aplicação dos resgates de fundos de investimento de renda variável e aplicação dos cupons de juros semestrais dos Títulos Públicos Federais, sendo ainda um investimento atrativo, com pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial; d) FIDC Cota Sênior que representa 0,14% da carteira do Instituto, apresentou rentabilidade abaixo da meta atuarial no mês, com manutenção da posição atual; e) Fundos de Ações que representam 2,75% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial do mês e do ano, diante do cenário econômico a renda variável ainda apresentará volatilidade, com aprovação de manutenção e desinvestimento gradativo, o que já está sendo feito; e f) Fundos de Investimento Estruturados representam 0,13% da carteira do Instituto e apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no



mês, com manutenção, redução ou aumento da posição atual e caso o cenário exterior se mostre desfavorável ou desfavorável. Após apresentação, a Prestação de Contas do mês de junho de 2025 e a Prestação de Contas 2º trimestre/2025 passaram por deliberação dos membros do Conselho Deliberativo, sendo aprovadas por todos os presentes. O terceiro item da pauta trata do recebimento e aplicação dos Cupons de juros semestrais dos Títulos Públicos Federais do Tesouro Nacional – NTN-B. A NTN-B paga juros semestrais, sempre conforme a data de emissão do papel. O repasse é feito de forma proporcional, considerando a multiplicação do capital investido por IPCA do período e taxa de juros. A data de pagamento dos cupons de uma NTN-B são 15 de fevereiro e 15 de agosto para as NTN-Bs com vencimento em anos pares, e 15 de maio e 15 de novembro para as NTN-Bs com vencimento em anos ímpares. Portanto, no dia 15 de agosto de 2025 receberemos cupons de juros semestrais e o Conselho Deliberativo avaliou e aprovou a aplicação na Caixa Econômica Federal, do valor total a ser recebido, para o fundo de Investimento CAIXA BRASIL MATRIZ RENDA FI, CNPJ N.º 23.215.008/0001-70. O fundo aprovado para aplicação é de renda fixa com pouca volatilidade e possui rentabilidade em 2025 (considerado até dia 25/07/2025) de 7,66%, acima da meta atuarial. Passado ao quarto item da pauta que trata do Relatório Semestral de Diligências de verificação dos lastros relativos aos títulos públicos e demais papéis incluídos nas carteiras de ativos dos fundos de investimentos aplicados pelo RPPS do 1º semestre de 2025, em atendimento as obrigações legais cabíveis vigentes no manual do Pró-Gestão, a fim de conferir maior transparência ao processo, e permitindo o monitoramento dos interessados. O relatório de diligências tem o intuito de informar à sociedade os dados quantitativos e qualitativos da carteira de investimentos do Plano Previdenciário, detalhando os ativos financeiros que o compõe. O processo de análise de lastros fornece a composição final dos ativos investidos, sejam eles realizados de forma direta, caso do investimento nos títulos públicos, seja de forma indireta, caso dos investimentos realizados via fundos de investimentos com a abertura das carteiras, sendo o relatório enviado previamente por e-mail aos Conselheiros para análise e considerações, sendo aprovado pelos Conselheiros. O quinto item da pauta trata do Relatório Controle Interno – 2º trimestre 2025, em cumprimento ao Comunicado SDG nº 32, de 28 de setembro de 2012 do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO e a fim de atender os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, o artigo 54, parágrafo único, e artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e também às exigências do Pró-Gestão Nível IV, o controle interno realizou, referente período supramencionado, procedimentos de controle, sendo o relatório enviado previamente por e-mail aos Conselheiros para análise e considerações, sendo aprovado pelos Conselheiros. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária está



vigente até o dia 05 de novembro de 2025. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pelo Presidente do Conselho às 16h05, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação dos membros do Conselho Deliberativo.

Alex Catapani
Presidente do Conselho Deliberativo



Gabriela Cristina da Silva Coelho
Membro do Conselho Deliberativo



Margarete Soares de Oliveira
Membro do Conselho Deliberativo



Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Conselho Deliberativo
Certificado ANBIMA CPA-10



Valéria Rodrigues Regina de Lima
Membro do Conselho Deliberativo



Benedita Auxiliadora de Moraes
Membro do Conselho Deliberativo



Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Conselho Deliberativo



Marcia Denise Gusmão Coelho
Membro do Conselho Deliberativo



Paulo Henrique Passos do Nascimento
Diretor Administrativo



Rose Ellen de Oliveira Faria
Diretora de Benefícios

